

REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR

a. 30

n. 137

set./out. 2021

SUMÁRIO

CONSUMO DIGITAL, SUSTENTABILIDADE E SEUS DESAFIOS

Sustentabilidade, a economia circular e o direito do consumidor na Alemanha

Sustainability, the circular economy and consumer law in Germany

CAROLINE MELLER-HANNICH e ELISABETH KRAUSBECK

TRADUTOR: RAUL CAMPOS SILVA..... 17

Vulnerabilidade e responsabilidade civil na internet: a inconstitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil

Vulnerability and civil liability on the internet: the unconstitutionality of article 19 of the Brazilian Civil Rights Framework for the Internet

GUILHERME MAGALHÃES MARTINS..... 33

A responsabilidade civil do *digital influencer* nas relações de consumo na sociedade da informação

The civil liability of the digital influencer in consumer relations in the information society

EMERSON PENHA MALHEIRO e ENKI DELLA SANTA PIMENTA..... 61

PROTEÇÃO DE DADOS, PRIVACIDADE E SAÚDE DO CONSUMIDOR

Histórico normativo da proteção de dados pessoais no ordenamento jurídico brasileiro: avanços e retrocessos na tutela da privacidade

Normative history of personal data protection in the Brazilian legal system: advances and setbacks in the protection of privacy

KEILA PACHECO FERREIRA e ANA PAULA BOUGLEUX ANDRADE RESENDE..... 85

O uso e a proteção de dados pessoais na economia do compartilhamento

The use and protection of personal data in the sharing economy

HÁGATTA GUEDES FONSECA DE BRITO e MARÍLIA DE ÁVILA E SILVA SAMPAIO..... 113

O mercado da saúde suplementar e a proteção do consumidor: reflexões em homenagem ao vigésimo aniversário da ANS

The supplementary health market and consumer protection: reflections in honor of the 20th anniversary of the National Agency for Supplementary Health Services

BERNARDO FRANKE DAHINTEN e AUGUSTO FRANKE DAHINTEN 145

NOVOS TEMAS E DIREITO COMPARADO DO CONSUMO

O consumidor no direito português

The consumer in Portuguese law

JOSÉ ENGRÁCIA ANTUNES..... 173

Estatuto de Defesa do Torcedor e a segurança de eventos desportivos: uma análise sobre a responsabilidade objetiva atribuída às entidades equiparadas a fornecedor e aos seus dirigentes

Sports Fan Protection Statute and the security of sportive events: an analysis of the objective civil liability of entities equivalent to a provider and its executives

GUILHERME AUGUSTO CAPUTO BASTOS e RICARDO HASSON SAYEG..... 199

Dano moral presumido (*in re ipsa*) no âmbito do contrato de transporte aéreo: uma análise das inovações trazidas pela Lei 14.034/20

Presumed non-material damage (in re ipsa) under the air transport contract: an analysis of the innovations brought by Law 14,034/20

CÍCERO DANTAS BISNETO 217

O mercado de pets no Brasil: paralelo entre as projeções sobre a empresa Doghero e a proteção nas relações de consumo solidário

The pet market in Brazil: parallel between the projections on the Doghero enterprise and the protection in solidary consumer relations

JEFFERSON PATRIK GERMINARI e MARIANA RIBEIRO SANTIAGO..... 243

Análise econômica do direito nas relações de consumo envolvendo pessoas com deficiência

Economic analysis of law in consumer relations involving people with disabilities

MOTAURI CIOCCHETTI DE SOUZA e DENILSON DE SOUZA FREITAS..... 263

Incorporação imobiliária e a defesa do consumidor

Real estate development and consumer protection

GIOVANI CLARK, LORRANE ANDREZA SALOMÃO CARNEIRO e

SÍRLEI DE SÁ MOURA 289

ACESSO À JUSTIÇA, ADR E A EFETIVA PROTEÇÃO PROCESSUAL DO CONSUMIDOR

Sobre o conteúdo do direito fundamental à tutela do consumidor em juízo e sua interação com o direito fundamental ao acesso à justiça

About the meaning of the fundamental right to consumer's judicial protection and its interaction with the fundamental right to access to justice

LUIS ALBERTO REICHEL..... 315

A resolução de conflitos consumeristas no Brasil e as práticas auto/heterocompositivas: a mediação, a conciliação, a jurisdição e a arbitragem

Resolution of consumption conflicts in Brazil and alternative dispute resolution: mediation, conciliation, jurisdiction and arbitration

FABIANA MARION SPENGLER e THEOBALDO SPENGLER NETO 331

A ADI 3.396 e o *amicus curiae* no controle concentrado de constitucionalidade: a recorribilidade da decisão de inadmissibilidade e a atuação da pessoa natural como *amicus curiae*

The Procedure of Unconstitutional Law 3,396 and the amicus curiae in the concentrated control of constitutionality: the appeal of the decision of inadmissibility and the admissibility of a person as amicus curiae

RAVI PEIXOTO 355

NOTAS LEGISLATIVAS E PARECERES

- Nota Técnica AMB - Emendas 67, 94 e 160 à Medida Provisória n.º 1040, de 2021 - Pretensão Resistida
 RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA..... 373
- Portaria Decisória MP/MG sobre oferta ilícita de crédito com garantia real para evitar o direito de repactuação das dívidas da Lei 14.181/2021
 FERNANDO MARTINS..... 381
- Notas sobre a Lei 14.181/2021: a noção de mínimo existencial e sua aplicação imediata
 CLAUDIA LIMA MARQUES..... 387

COMENTÁRIOS DE JURISPRUDÊNCIA**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

Linha de metrô é condenada ao pagamento de danos morais coletivos por instalar câmeras com captura facial dos usuários sem o seu devido consentimento

FABIANO MENKE e JULIANA ROMAN 411

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Fabricante é responsável solidariamente pela circulação no Brasil de produtos com rotulagem em língua estrangeira e sem informação clara ao consumidor, por meio de empresa intermediária

SIMONE MARIA SILVA MAGALHÃES 439

É incabível a inversão do ônus da prova em fase recursal para apuração de responsabilidade da seguradora diante da prática de atos ilícitos utilizados para justificar o não pagamento de indenização securitária decorrente de sinistros envolvendo veículos

VÍTOR VILELA GUGLINSKI, THAÍS AMOROSO PASCHOAL e
 FLÁVIO HENRIQUE CAETANO DE PAULA MAIMONE 449

Mantida a condenação ao pagamento de danos morais coletivos por operadora de telefonia, decorrente da prática abusiva de interromper automaticamente as chamadas telefônicas de clientes assinantes de promoção

VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA..... 467

Possibilidade de a Administração Pública ser considerada consumidora de serviços por ela contratados, somente em situações específicas em que exista vulnerabilidade

ANA LUISA TARTER 476

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

É cabível a devolução integral do valor da passagem aérea de passageira diagnosticada com Covid-19 dois dias antes do embarque, tendo em vista não se tratar de liberalidade da consumidora

MARIA LUIZA BAILLO TARGA 487

RESENHAS

Medicalização da vida: desafios à proteção do consumidor de saúde, de Camille Ataíde

DENNIS VERBICARO 501

Responsabilidade civil por acidente de consumo na Internet, de Guilherme Magalhães Martins

FERNANDO RODRIGUES MARTINS 505

TABLE OF CONTENTS RDC 137..... 509

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA.... 513